

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo noticiado pela Agência Lusa, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a Proteção Civil interditaram, desde dia 2 de março, a circulação pedonal num largo perímetro em frente às torres do Convento de Maфра, devido ao perigo de queda de sinos e outras estruturas, potenciado pelas condições climatérica adversas.

O Convento de Maфра possui um total de cento e dezanove sinos nos seus dois carrilhões - sinos afinados musicalmente entre si – que constituem o maior conjunto sineiro do mundo, sendo, a par dos órgãos históricos e da biblioteca, o património mais importante do convento.

Os sinos já não tocam desde 2004, altura a partir da qual passaram a são suportados por andaimes, como medida de prevenção, andaimes esses que também se têm degradado. O estado de degradação dos carrilhões e andaimes tem vindo a suscitar grande preocupação e já vários alertas foram dados. Contudo todas as medidas que têm vindo a ser tomadas são de mera contenção mínima de danos.

Em 2014, surge o alerta do movimento de salvaguarda do património, Europa Nostra, que considerou os carrilhões de maфра como um dos sete sítios mais ameaçados na Europa. Este facto suscitou uma avaliação independente da Europa Nostra e do Instituto do Banco Europeu de Investimento que delineou um plano de restauro dos carrilhões, bem como dos sinos e relógios que lhe estão associados.

O concurso público para o restauro dos carrilhões, cujas promessas de abertura remontam a 2011, acabou por ser lançado apenas em setembro de 2015 e, passados mais de dois anos, as obras ainda não começaram.

Segundo o que a diretora-geral do Património Cultural explica à comunicação social, “em finais de 2016 a autoridade deu adjudicação e em outubro de 2017 é feita a assinatura do contrato com o empreiteiro que ganha a obra”. A obra não terá começado ainda devida à “necessidade de pedir outros documentos que têm de ser autorizados pelo Ministério das Finanças,

documentos que são necessários apresentar novamente ao Tribunal de Contas com a data de 2018”.

Segundo o presidente da câmara de Mafra, também citado pela comunicação social, “o concurso público, ao que sei, ainda carece de um visto do Tribunal de Contas e de uma portaria de extensão de encargos. Certo é que essa portaria nunca mais sai, o visto nunca mais sai, a obra nunca mais avança”. Porém, entretanto, o Ministério das Finanças afirmou em comunicado que “não se encontra pendente no Ministério das Finanças qualquer despacho relativo à obra de recuperação dos Carrilhões de Mafra”.

Sendo consensual tanto o valor patrimonial dos carrilhões, como a gravidade do seu estado de degradação, não é aceitável que esta obra possa ser longamente adiada por processos burocráticos entre organismos do governo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes questões:

1. Quais os reais perigos do atual estado de degradação dos carrilhões do Convento de Mafra?
2. Quais os prazos de início e conclusão da obra que constam do concurso público e do contrato de adjudicação da obra?
3. O projeto de restauro a que se refere o concurso já adjudicado permite que os carrilhões voltem a tocar?
4. Considerando a discrepância das informações públicas avançadas pela DGPC e pelo Ministério das Finanças, confirma o Ministério da Cultura que existem autorizações pendentes no Ministério das Finanças?

Palácio de São Bento, 10 de março de 2018

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)